

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 21/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA TREZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 25 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 13 de agosto de 2012 realizou-se na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

A Presidente começou por informar que trouxe à presente reunião de Câmara a informação solicitada sobre o primeiro semestre deste ano da Culturangra, designadamente as atividades desenvolvidas e os mapas financeiros. Adiantou ainda que, em relação ao segundo semestre, os ROC's deram conta da data em que estarão no Concelho, tendo já solicitado os respetivos dados para fazer a avaliação.-----

O Vereador Fernando Dias questionou em que altura se deslocam os ROC's ao concelho. A Presidente respondeu que será de 17 a 21 de setembro.-----

A Presidente prosseguiu o período de informações com a nota que a 04 de agosto foi o Dia da Freguesia da Sé, que no dia 07 de agosto decorreu a sessão de boas vindas ao grupo de intercâmbio europeu "Jovens em ação – desvendando tesouros – património natural da humanidade", com jovens da Grécia e Finlândia, a que se juntaram a um grupo de terceirenses. Explicou que o referido grupo já esteve na Finlândia, juntou-se agora na Terceira e que irá reunir-se no próximo ano na Grécia. Informou, de seguida, que a 15 de agosto terá lugar a cerimónia protocolar de boas vindas pela Câmara, nos Paços do Concelho, ao COFIT, bem como o almoço oferecido pela Autarquia. Indicou ainda que no dia 15 de agosto decorrerá a Gala Internacional Sénior no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo e que no dia 21 tem lugar a sessão solene comemorativa do 478 aniversário da cidade de Angra, onde serão atribuídas as medalhas que foram discutidas em reunião do órgão executivo camarário. Deu ainda nota que no dia 22 de agosto se realiza a conferência de imprensa de apresentação do Festival Angrajazz e apresentou de seguida a agenda do Angra em Festa.-----

O Vereador José Élio Ventura tomou a palavra para esclarecimentos sobre uma questão colocada na última reunião de Câmara Municipal relativa aos marcos de incêndio nos parques de estacionamento da Praça de Touros e do Bailão, explicando que o que existe nestes parques são bocas de água, para utilização dos bombeiros. Deu conta que a questão está a ser estudada do ponto de vista técnico.-----

O Vereador José Élio Ventura recordou de seguida outra questão colocada, sobre resíduos sólidos urbanos na Rua de São João, dando conta de ter na sua posse uma relação do processo de fiscalização efetuado a 04 e 05 de agosto. Recordou ter informado que, neste momento, os serviços estão a deixar notas aos munícipes que não cumprem o regulamento, com a indicação do respetivo incumprimento. Indicou que foram detetados treze casos em várias ruas do centro histórico, acrescentando que houve recetividade e colaboração por parte das pessoas, apesar de cada caso ser um caso e de terem constatado vários exemplos de pessoas que não sabiam os horários das recolhas. Concluiu que há múltiplos casos, e que alguns terão de ser acompanhados, acrescentando que ainda não foi levantado nenhum auto de ocorrência e que tal não acontecerá até que avancem para a próxima fase deste processo.-----

O Vereador António Ventura interveio para questionar sobre o ponto de situação dos bares do Porto das Pipas, dando conta de lhe ter sido reportado que as condições nestes meses de verão não têm sido as melhores, nomeadamente garrafas partidas no chão, alguns desacatos e incumprimento do horário. Inquiriu, ainda, sobre os processos de contra-ordenação e sobre as respetivas coimas a aplicar.-----

O Vereador António Ventura referiu, de seguida, a entrada recente, na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, de uma petição pela não destruição do parque arqueológico subaquático da baía de Angra.-----

O Vereador António Ventura reportou-se a uma recomendação do ano transato da Comissão da Toponímia, para que as placas de identificação relativas à cidade de Angra fossem todas iguais. Anotou que esta questão foi levantada na altura do anterior executivo, questionando o andamento que foi dado ao processo. Indagou se foi estabelecido diálogo com os Presidentes de Junta de Freguesia e se deste resultou alguma conclusão.-----

A Presidente começou por responder que, em relação aos bares do Porto das Pipas, os proprietários apresentaram os projetos e que o processo está a decorrer, anotando que foram solicitados elementos aos mesmos, por várias entidades, e que estes têm dado resposta imediata. Em relação aos incumprimentos e às coimas, a Presidente indicou que os processos de contra-ordenação estão a decorrer, acrescentando ainda que da última vez que abordaram do assunto eram dezasseis e que de momento são dezanove.-----

O Vereador António Ventura questionou se estas últimas deram entrada recentemente. A Presidente retorquiu que deram entrada no último mês, ressaltando que não lhe tem chegado reporte de incumprimentos, mas que estes poderão ocorrer pontualmente, apesar do esforço que tem sido feito.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu sobre os motivos destas últimas contra-ordenações que deram entrada. A Presidente respondeu que dizem respeito a incumprimento de horário e pontualmente em relação ao ruído.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se há uma queixa relativa a uma unidade hoteleira. A Presidente disse não ter conhecimento.-----

A Presidente reportou-se de seguida à questão da petição pela não destruição do parque arqueológico subaquático da baía de Angra, indicando que já há informação sobre a mesma e dando conta que tem ideia que a mesma deu igualmente entrada na Câmara Municipal, mas disse que ia confirmar esse facto. -----

Em relação à questão da Comissão de Toponímia, a Presidente disse que o assunto já foi abordado em reunião de Câmara, realçando que havia e há a intenção de uniformizar as placas. Ressaltou que já foi dado o primeiro passo nesse sentido por parte da Junta de Freguesia da Conceição, tendo havido uma delegação de competências pela Autarquia. A Presidente referiu, ainda, que a substituição das placas é onerosa e que será efetuada gradualmente.-----

O Vereador Fernando Dias solicitou novamente acesso ao relatório de fiscalização da empreitada das calçadas.-----

A Presidente deu conta de o documento ter sido enviado por correio electrónico para todos os Vereadores, que anotaram também não ter recebido. A Presidente indicou que a situação ia ser verificada.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que lhe foi transmitido que existe um abaixo-assinado por parte dos comerciantes a pedir a redução das taxas de esplanadas, anotando que aparentemente estes não tiveram resposta, perguntando qual o ponto de situação.-----

O Vereador Fernando Dias, ainda sobre a questão dos bares do Porto das Pipas, indagou para quando é que a Presidente prevê que toda esta situação, em termos de licenças, esteja concluída.-----

A Presidente recordou, em relação ao abaixo-assinado, que discutiram o assunto em anterior reunião de Câmara e que o pedido consiste em que fossem uniformizados os valores do pagamento das taxas pelo valor do inverno, por forma a que não haja diferenciação sazonal. Concluiu que tal implica alterar o regulamento de esplanadas, lembrando que decidiram rever este regulamento posteriormente, atendendo à atual conjuntura económica.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que o mandatário do abaixo-assinado deverá ser informado por escrito. A Presidente ressaltou que o referido mandatário já esteve na Câmara Municipal para uma reunião, altura em que foi informado da decisão.-----

Relativamente aos bares do Porto das Pipas, a Presidente recordou que tinha ficado decidido não renovar licenças a partir de junho, salvo por motivos de força maior. Ressaltou que todos cumpriram com a obrigação de entregar os documentos para obter a sua respetiva licença, mas que entretanto estão a decorrer os habituais procedimentos, em termos de licenciamento urbanístico. Concluiu que a data estabelecida era junho e que, de momento, o objetivo é que seja concluído o mais rapidamente possível.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se não há prazos estabelecidos para que sejam feitas as alterações nos bares. A Presidente destacou as diferenças entre os bares e,

consequentemente, as diferenças das intervenções e o tempo das mesmas. O Vereador Fernando Dias explicou que a questão relativa ao prazo vai no sentido de perceber quanto mais tempo durarão estes procedimentos, anotando que espera que em janeiro do próximo ano não estejam ainda a falar deste assunto. A Presidente retorquiu esperar igualmente que não.-----

Em relação à empreitada das calçadas, a Vereadora Teresa Valadão referiu novamente a questão do calendário das intervenções, cujas alterações a Presidente ressaltou que serão deliberadas em reunião de Câmara, acrescentando que se aguarda o parecer da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.-----

A Vereadora Teresa Valadão reportou-se à obra de requalificação da zona litoral de Angra que estava prevista para julho, inquirindo se há nova data para o início da intervenção. A Presidente, depois de ressaltar que o investimento não é da responsabilidade da Câmara Municipal, deu conta o processo está a decorrer, mas que não está concluído, uma vez que se verificaram alguns atrasos em relação às propostas do concurso. Explicou que cada queixa dos concorrentes implica um determinado prazo de resposta, concluindo que neste momento estão a decorrer esses procedimentos.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se já foi escolhido o empreiteiro. A Presidente retorquiu não ter essa informação, mas que a mesma poderá ser solicitada.-----

A Vereadora Teresa Valadão reportou que reuniu com a Presidente sobre as questões da igualdade e da violência doméstica, altura em que disse ter alertado para que a Câmara Municipal adira ao novo projeto e à nova campanha neste âmbito. Acrescentou ainda que na reunião falou com a Presidente sobre uma série de atividades que poderão ser desenvolvidas dentro dessa área.-----

O Vereador Alonso Miguel interveio para questionar se a Presidente tem informação sobre o corte de energia elétrica que teve lugar no dia anterior. O Vereador Fernando Dias anotou que a única informação que teve foi do telefonema que fez para a EDA. A Vereadora Teresa Valadão indicou que se deveu a uma falha na Central do Belo Jardim e que tiveram de se deslocar à Terceira técnicos de São Miguel, porque a avaria foi

muito grande e abrangeu o fornecimento de energia a toda a ilha. A Presidente deu conta de não ter mais informações.-----

A Presidente solicitou a inserção de dois pontos fora da agenda, proposta que foi aprovada por unanimidade.-----

Período da Ordem do Dia

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 4051 – Pedido efetuado por **Jacinta de Sousa Pimentel Vieira**, com vista à suspensão de trânsito na Estrada Monsenhor José Machado Lourenço (Estrada Regional n.º 1 de 1.ª), freguesia das Cinco Ribeiras, no período de 15 a 22 de agosto de 2012, das 20:30 às 00:30 horas e dia 21 de agosto das 10:30 às 14:30 horas, destinada à realização das festas em honra de Santo António, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.--**

Ent. 4090 – Pedido efetuado por **Império da Urbanização do Lameirinho**, com vista à suspensão de trânsito da Rua Ilha Terceira e parte da Rua Ilha da Graciosa, freguesia da Conceição, no período de 15 a 23 de agosto de 2012, das 20:30 às 01:00 horas, destinada à realização das festas em honra do Divino Espírito Santo do Império do Lameirinho, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 4095 – Pedido efetuado por **José Henrique Fernandes Pimentel**, com vista à suspensão de trânsito na Canada das Mercês, freguesia da Feteira, no período de 14 a 19 de agosto de 2012, das 20:00 às 01:00 horas, destinada à realização das festas em

honra de Nossa Senhora da Consolação, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 4056 – Pedido efetuado por **Ana Maria Sousa de Lima Borges**, com vista à suspensão de trânsito, na Canada da Junta, freguesia da Feteira, no período de 3 a 5 de agosto de 2012, destinada à montagem de uma bancada para a realização de uma tourada à corda, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela presidente da Câmara Municipal.**-----

Exumação Ossadas

Ent. 3685 – Pedido de exumação de ossadas, efetuado por **Maria Telma de Lima Barcelos Bettencourt**, para autorização pelo órgão executivo, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou o pedido de exumação em causa.**-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Apoios em Espécie

Ent. 4032 - Ofício datado de 9 de julho de 2012, do CACIT - Clube dos Amigos do Cicloturismo da Ilha Terceira, solicitando a cedência de um veículo com caixa de carga, para transporte do cicloturistas que irão participar no IV Passeio de Cicloturismo, a realizar a 19 de Agosto. Para autorização do órgão executivo nos termos da alínea b) do

n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a cedência do veículo solicitado.**-----

Ent. 4247 – Ofício datado de 7 do corrente, do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, solicitando a atribuição de um apoio para uma digressão pelo continente, relativo a 3 passagens conforme indicação verbal do Grupo. Para autorização do órgão executivo nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, mediante a existência de fundos. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no montante do valor de três passagens aéreas.**-----

A Presidente indicou que o valor do apoio em causa é de oitocentos e noventa e oito euros e onze cêntimos.-----

Apoios

Ent. 4004 – Ofício datado de 23 de julho, da escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, solicitando um apoio para a atribuição do prémio de melhor aluno do 12º ano daquele estabelecimento escolar, encontrando-se cabimentado o valor de 1.000,00€. Para autorização do órgão executivo nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, mediante a existência de fundos. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a atribuição do apoio solicitado.**-----

A Presidente anotou que o valor e o procedimento são iguais aos dos últimos anos.-----

O Vereador Alonso Miguel pediu confirmação se recebem habitualmente o mesmo pedido por parte da Escola Tomás de Borba. A Presidente confirmou, acrescentando que o mesmo ainda não deu entrada.-----

Apreciação de pedidos de apoio no Âmbito do Regulamento Municipal

Atividades de Interesse Municipal

Ent. 1220 – Proposta datada de 6 do corrente, da Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um apoio financeiro às entidades e organismos constantes dos Anexos I, II e III que faz parte integrante da presente proposta, bem como para a suspensão da abertura da época de candidatura de setembro. Para autorização do órgão executivo municipal, nos termos das alíneas a) e b) do n.º4 do artigo 65º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a atribuição dos apoios propostos, bem como a suspensão da abertura da época de candidatura de setembro.**-----

A Presidente deu conta que o valor total dos apoios a conceder é de cento e oito mil, novecentos e trinta e cinco euros e noventa e dois cêntimos. Explicou que por época, atendendo aos montantes disponíveis, por via do pagamento dos apoios de 2010, 2011 e 2012, a proposta foi no sentido de atribuir a cada entidade um valor que não ultrapasse os dois mil e quinhentos euros. Acrescentou que, neste contexto, se propõe a suspensão da abertura da época de candidatura de setembro, uma vez que se encontra em curso a revisão do Regulamento Municipal de Incentivo a Atividades de Interesse Municipal.-----

A Presidente ressaltou que a proposta em causa vem de encontro à discussão e à conclusão a que chegaram, de que é necessário rever o regulamento antes da próxima atribuição de apoios, concluindo que esta questão se conjuga com a atual situação financeira geral. A Presidente referiu, ainda, que já se atribuíram muitos apoios este ano, anotando que a verba já está esgotada, apesar desta poder ser reforçada, possibilidade que deverá apenas ser equacionada depois da reavaliação do regulamento, que disse estar praticamente concluída. Salientou, ainda, que se propõe que não sejam apoiadas as juntas de freguesia, considerando que as mesmas poderão fazer concorrência direta com as instituições e atendendo ao facto que foi atribuída uma verba, aprovada por unanimidade em reunião de Câmara Municipal, de quatro mil euros a cada uma das juntas de freguesias, para que estas possam fazer face às suas dificuldades, acrescentando que no Anexo I consta o apoio para a realização das festas de freguesia. A Presidente indicou que a presente proposta foi elaborada pelo gabinete técnico.-----

O Vereador Fernando Dias indagou se a Câmara Municipal tem efetuado a fiscalização às entidades que recebem estes subsídios, anotando ter lido um acórdão que indicava que as entidades que atribuem os subsídios devem ter processos dos quais constem a referida fiscalização, no sentido de confirmar a utilização dos apoios. O Vereador deixou a chamada de atenção, realçando a importância de a Câmara Municipal se organizar nesse sentido.-----

O mesmo Vereador que não se irá debruçar novamente sobre o já discutido critério de avaliação “proposta muito equilibrada”, que reafirmou ser muito subjetivo.-----

O Vereador Fernando Dias indicou de seguida ter dúvidas em relação a alguns casos, nomeadamente em relação à Associação Juvenil da Ilha Terceira (AJITER) e ao pedido de apoio para um projeto, para a realização de um Seminário de Educação para a Saúde, no valor de nove mil euros, indagando sobre a justificação para este montante. A Presidente frisou que o valor dos apoios atribuídos não ultrapassa os dois mil e quinhentos euros. O Vereador Fernando Dias indicou que o referido projeto teve trezentos e setenta e cinco pontos, acrescentando que depois a AJITER apresenta mais dois ou três projetos, dois deles com quatrocentos e setenta e cinco pontos, apontando que o apoio é atribuído ao primeiro pedido de apoio referido, com menos pontos, concluindo não perceber essa situação.-----

O Vereador Fernando Dias destacou igualmente uma série de pedidos de apoios para viagens que considerou que deviam ser limitados na reformulação do regulamento.-----

A Presidente afirmou que a fiscalização dos apoios atribuídos tem vindo a ser efetuada, realçando que não são atribuídos apoios desde 2010. Apesar disso destacou que essa é uma questão obrigatória e que fica a nota da chamada de atenção.-----

Sobre a sugestão da limitação da atribuição de apoios para viagens, a Presidente deu conta que levantou igualmente esta questão e que lhe foi esclarecido pelo gabinete técnico que estes pedidos dizem respeito à deslocação de grupos culturais ou desportivos, que levam o nome do concelho ao exterior e que fazem, de alguma forma, promoção do mesmo, o que disse resultar normalmente num intercâmbio.-----

A Presidente reportou-se de seguida à questão colocada sobre a AJITER e sobre a opção que foi tomada, dando conta que não se apercebeu desse pormenor da escolha do seminário em detrimento do torneio de Futsal e da Academia da Juventude, com mais pontos, deduzindo que a não escolha desta última tenha a ver com o facto desta se realizar no concelho vizinho, acrescentando ainda que houve alguns apoios que não foram atribuídos, nos casos em que eram atividades em parceria e em que uma já estava a ser apoiada, dando conta da AJITER ser uma destas entidades, e deu o exemplo do caso do Festival das Sopas.-----

O Vereador Fernando Dias colocou ainda a questão se a AJITER terá sido auscultada sobre o assunto. Observou que, por exemplo, o Seminário da Educação para a Saúde pode ter sido apoiado pela Secretaria Regional da Saúde. A Presidente ressaltou que o mesmo princípio se poderia aplicar às restantes áreas, igualmente abrangidas pelas secretarias e direções regionais, concluindo que as entidades promovem as suas próprias iniciativas. O Vereador Fernando Dias supôs que haja financiamento por parte de outra entidade. A Presidente admitiu que é provável.-----

O Vereador Fernando Dias referiu-se ainda ao montante máximo atribuído a almoços e jantares, no valor de cinco euros, com o qual recordou concordar. A Presidente lembrou o consenso a que tinham chegado sobre essa matéria.-----

O Vereador Alonso Miguel apontou ter ideia de ter sido apresentado um pedido de apoio por parte do Sport Club Marítimo do Corpo Santo para remodelação da sede, dando conta que o mesmo não consta da lista. A Presidente explicou que este pedido de apoio de capital ficou suspenso e que virá numa próxima fase.-----

Bolsangra

Ent. 1227- Proposta da Presidente da Câmara, datada de 6 de Agosto corrente, com vista a deliberação pelo órgão executivo das regras a fixar para a atribuição de Bolsa no ano letivo de 2012/2013, nos termos dos artigos 4.º, 7.º, 9.º, e 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo do Concelho de Angra do Heroísmo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou retirar a presente proposta, com vista a recolha de parecer da Direção Regional do Emprego e Formação.**-----

A Presidente explicou que se trata da definição do período de candidatura e das áreas prioritárias e não prioritárias. Indicou que o prazo para apresentação de propostas seria de 15 de setembro a 15 de outubro, acrescentando que de momento as quinze bolsas estão todas atribuídas, apesar de ainda não haver informação sobre o número de alunos que terminará o curso e que, conseqüentemente, libertará lugares para os novos candidatos. Indicou ainda que o valor da bolsa é de duzentos euros por mês. O Vereador Fernando Dias questionou durante quantos meses é atribuído esse apoio. A Presidente respondeu que durante nove meses, por ano.-----

Em relação às áreas prioritárias e não prioritárias, a Presidente destacou que são concordantes com o que ficou definido no Conselho Municipal de Juventude.-----

O Vereador José Élio Ventura indagou se as áreas prioritárias estão definidas hierarquicamente. A Presidente respondeu que não, que as prioritárias têm uma determinada pontuação, as não prioritárias têm outra e, se não se inserirem num ou noutro patamar, ficam a meio. O Vereador José Élio Ventura considerou que seria de manter nas áreas prioritárias a Medicina, que frisou ser do interesse do Concelho. A Presidente indicou que constam da lista as Análises Clínicas e Saúde Pública. O Vereador José Élio Ventura apontou que tem dúvidas em relação a algumas áreas prioritárias, como os casos de Engenharia Industrial, a Gestão Logística, bem como o Turismo e Património Cultural, com especial ênfase no Turismo. Apesar disso, afirmou que não vai colocar em causa o que está definido, mas reafirmou que lhe parece que está em falta a área da Medicina.-----

O Vereador Alonso Miguel deu conta que esta questão foi discutida e que ficou definido que apenas a Medicina seria muito limitativo, daí terem optado por definir a área de Saúde Pública.-----

Os Vereadores discutiram a redação adequada, para que não se confunda a área da Medicina Convencional com a Oriental ou com a Veterinária, ou ainda, de uma forma abrangente, com áreas como a Enfermagem.-----

O Vereador Fernando Dias disse perceber e concordar que o Conselho Municipal da Juventude tenha voz ativa neste assunto, mas sustentou que não deveria ser a única a

pesar na decisão. Indicou ainda querer saber se todas as áreas definidas como prioritárias constam da ata da reunião do conselho. A Presidente retorquiu que foram todas referidas. O Vereador Fernando Dias considerou que deveriam pedir parecer à Direção Regional do Emprego e Formação, por ser a entidade que mais conhecimento tem sobre as necessidades em termos da Região e da ilha. O Vereador Fernando Dias deu ainda conta de ter consultado informação sobre as áreas da Engenharia Industrial de Gestão de Logística, afirmando que mais rapidamente coloca em causa as Análises Clínicas e a Biologia Marinha, áreas para as quais apontou ter ideia de não haver colocação, considerando que desta forma poderão estar a dar falsos sinais às famílias e aos alunos.-----

A Presidente destacou que as referidas áreas foram amplamente discutidas no supracitado conselho, explicando que com a Biologia Marinha se pretende explorar o imenso mar que nos rodeia, por forma a tirar deste melhores proveitos e para maximizar o seu potencial, nomeadamente ao nível das pescas, do turismo, da aquacultura, etc. No que concerne às Análises Clínicas e à Saúde Pública, a Presidente disse perceber a questão levantada pelo Vereador Fernando Dias.-----

O Vereador Alonso Miguel concordou com a importância da Aquacultura, designadamente no futuro, anotando que esta era uma das áreas prioritárias definidas no programa do Governo Regional. O Vereador José Élio Ventura apontou que esta é uma área de especialização da Biotecnologia, apontando que não poderão garantir que será a escolhida pelos alunos, se a definirem como prioritária. O Vereador José Élio Ventura indicou, ainda, que o Departamento de Oceanografia e Pescas, da Universidade dos Açores, tem investigadores que se têm vindo a debruçar sobre esta área. O Vereador Alonso Miguel deu conta de não serem assim tantos. O Vereador José Élio Ventura considerou, igualmente, que a Aquacultura tem mais a ver com o investimento nos equipamentos do que com a formação. Concluiu que têm um número limitado de vagas e que estão a abrir um leque abrangente de áreas, reafirmando a importância da inclusão da Medicina, atendendo às claras carências nessa área.-----

A Presidente reportou-se à atual situação económica e financeira e à libertação de cargos no setor público, salientando que agora mais do que nunca tem de haver

iniciativa privada, que apontou que terá de procurar as áreas que ainda não estão lotadas.-----

O Vereador Fernando Dias reafirmou a importância da consulta à Direção Regional do Emprego e Formação antes de se tomar uma decisão, sem minimizar a importância do contributo do Conselho Municipal da Juventude.-----

O Vereador José Élio Ventura questionou se as áreas que não estão definidas na lista das prioritárias ou não prioritárias são igualmente ilegíveis. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador José Élio Ventura considerou que deveriam apenas ser alvo de candidatura as áreas prioritárias. A Presidente ressaltou a questão da pontuação, que consta do regulamento. O Vereador Alonso Miguel colocou ainda a hipótese de poder não haver candidatos às áreas prioritárias. O Vereador António Gomes destacou que, na prática, o critério determinante é o rendimento familiar. A Presidente concluiu que as áreas prioritárias são apenas um dos critérios avaliados, que implicam uma majoração de vinte e cinco pontos, não sendo por si só determinante para a atribuição de uma bolsa.-----

Os presentes concordaram com o pedido de parecer à Direção Regional do Emprego e Formação.-----

Nova escola do Ensino Básico da Ribeirinha- aplicação de sanção contratual por incumprimento de prazo parcial

Ent. 993 – Informação n.º UI454, datada de 6 de Julho findo, do Diretor da Fiscalização da Obra em epígrafe, Eng.º Gil Navalho, contendo o relatório do procedimento de aplicação de sanção contratual por incumprimento de prazo parcial da empreitada de conclusão dos trabalhos da nova escola de Ensino Básico da Ribeirinha, segundo o qual o Dono da Obra pode proceder à efetivação da aplicação da sanção contratual que lhe é devida, nos termos do ponto 4 da citada informação. - **A Câmara Municipal, tomou conhecimento e deliberou aguardar o relatório da fiscalização da obra em causa, para a aplicação da eventual sanção.**-----

A Presidente deu conta que o valor da sanção contratual se cifra em quarenta mil, trezentos e oitenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos. Indicou de seguida que,

atendendo a que o prazo está concluído, mas a obra não, e atendendo a que agora há um prazo para proceder à vistoria, a sua proposta é que tomem nesta fase conhecimento e adiem a decisão para depois da entrega do relatório da vistoria. Apontou ainda que a fiscalização tem agora um prazo de trinta dias, até 07 de setembro, para proceder à referida vistoria.-----

O Vereador Fernando Dias anotou que foi levantado o auto de fiscalização no dia 13 de junho, destacando que se reporta a 12 de maio, concluindo que se está a penalizar a empresa por cinco dias de atraso, quando são mais dias, concluindo não perceber.-----

A Presidente explicou que o prazo para a conclusão da obra era 07 de maio, dando conta que a 12 de maio a Câmara suspendeu a contagem dos dias de atraso da obra, por via do temporal e dos estragos que se registaram, bem como por via da impossibilidade de aplicar pavimentos, porque os pisos térreos estavam inundados. Concluiu que a multa prevista é relativa a este atraso de cinco dias. A Presidente indicou, ainda, que a suspensão se prolonga até 31 de agosto, a pedido do dono da obra, com parecer favorável dos técnicos e aprovada em reunião de Câmara. Nesse sentido, destacou que, a partir de setembro, os dias de atraso voltam a ser contados. A Presidente referiu que a sua proposta tem por objetivo que seja avaliado no final o impacto para o Município do atraso.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se este valor é depois recuperado. A Presidente respondeu que sim, que a proposta é apenas para adiar a deliberação. O Vereador José Élio Ventura anotou que é o que tem sido feito com a empreitada das calçadas. O Vereador Fernando Dias questionou se a obra está parada. A Presidente respondeu que em parte, acrescentando que esta ainda não tem os pavimentos aplicados. O Vereador Fernando Dias inquiriu ainda se a obra tem trabalhadores. A Presidente deu conta que tem alguns mas que o ritmo dos trabalhos não é o esperado.-----

Nova Escola do Ensino Básico da Ribeirinha – 3.º Adicional de trabalhos a mais e a menos

Ent. 994 – Informação n.º I12R, datada de 9 de julho findo, do Chefe da Divisão da Unidade de Investimentos, propondo a aprovação, pelo Dono da Obra em epígrafe, da

listagem de trabalhos a mais e a menos realizados na citada obra, cujo saldo se traduz numa redução de custos. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do PS e dos Vereadores do PSD e uma abstenção do Vereador do CDS-PP, aprovou o adicional de trabalhos a mais e a menos propostos pelo Chefe da Divisão da Unidade de Investimentos e constantes da informação em apreciação.**-----

A Presidente indicou que, à semelhança do que tem vindo a acontecer noutros casos, trata-se de propostas de substituição de alguns equipamentos, por forma a colmatar e reduzir alguns custos. Informou que neste caso em concreto o saldo dos trabalhos a mais e a menos resultam num benefício para a Autarquia no valor de trinta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos.-----

O Vereador Alonso Miguel considerou que qualquer resultado que signifique economia para a Autarquia é positivo, manifestando, apesar disso, que as referidas substituições revelam o mau planeamento desta obra.-----

A Presidente ressaltou que houve decisões que foram na altura tomadas num determinado contexto, afirmando que agora se torna imperativo reduzir alguns custos e que essa redução é feita nas questões que permitem uma alternativa mais económica.---

O Vereador Alonso Miguel referiu o exemplo do protocolo com a KNX, passando a ler a informação constante do processo e concluindo que estava em causa a escolha de um sistema complexo, com uma manutenção igualmente complexa e que não poderia ser realizada pelos técnicos do Município, concluindo que tal já se sabia que seria assim. Indicou que se ia abster na votação, por haver um saldo positivo em favor da Autarquia, mas ressaltando que devido ao mau planeamento do processo tinha vontade de votar contra.-----

O Vereador Fernando Dias apontou querer reforçar as declarações do Vereador Alonso Miguel, lendo a informação do técnico, que disse ter-lhe deixado com "os cabelos em pé", apesar dos referidos trabalhos a menos. Concluiu que esta situação deveria ter sido detetada logo de início, chamando a atenção para a parte técnica, referindo a propósito projetos que darão entrada brevemente e que ressaltou que terão de ser analisados com muita calma e cuidado para evitar este tipo de situação. Indicou que os Vereadores

do PSD iam votar a favor, muito embora se reconhecesse na informação que o projeto é mau.-----

A Presidente anotou que algumas soluções não foram as ideais e que estão a ser corrigidas, ressalvando que corrigir problemas de projeto com a obra em execução não é uma situação nova. Concluiu que os trabalhos a menos corrigem alguns trabalhos a mais e recupera-se essa verba.-----

Concurso público

Ent.630 – Relatório final do júri no âmbito do concurso público internacional para a atribuição da concessão de exploração do solo do domínio público municipal, para instalação e exploração de parquímetros, para aprovação do órgão executivo municipal nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou o relatório final apresentado.**-----

A Presidente explicou que no relatório final é referido manter o que estava previsto no relatório preliminar. Indicou de seguida que existem dois concorrentes: a [Tecnovia Parques](#) e a DataRede e que esta primeira empresa, a Tecnovia Parques, foi excluída por ter apresentado uma proposta de oito mil e quinhentos euros mês, valor inferior ao montante base do concurso,. Nesse sentido, concluiu que fica apenas a concurso a DataRede, com uma proposta de vinte mil e um euros por mês, concluindo que serve a presente entrada para votarem o relatório final do júri.-----

O Vereador Alonso Miguel pediu confirmação de que o caderno de encargos previa que o valor não podia ser inferior a dezoito mil euros mensais. A Presidente esclareceu que o valor base era de dezoito mil, quinhentos e noventa e um euros e trinta e seis cêntimos.-

O Vereador Fernando Dias deu indicação que o relatório preliminar não está disponível. A Presidente deu nota que tinha informação que o mesmo estaria acessível, pelo que pediu cópia do referido documento.-----

O Vereador Fernando Dias pediu confirmação de que a adjudicação foi feita face apenas ao valor. A Presidente assentiu, explicando que o critério de adjudicação é o valor, mas

que, para além deste, há os critérios de avaliação e de pontuação, nomeadamente o prazo para implementação dos equipamentos, etc., dando conta que estas questões estavam todas previstas no caderno de encargos.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta de saber que os atuais equipamentos serão retirados pela empresa que os explora atualmente. Nesse sentido, questionou se o caderno de encargos prevê que a nova empresa vai substituir estes equipamentos em igual número.-----

A Presidente ressaltou que o citado caderno prevê: o equipamento, as distâncias, o tipo, a cor e o funcionamento com o cartão.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se a uma intervenção na Assembleia Municipal sobre o assunto. A Presidente indagou se o Vereador se refere ao facto de os equipamentos por vezes perturbarem a passagem de peões ou se se refere aos cartões. O Vereador Alonso Miguel acrescentou ter ideia de se ter referido ser frequente haver mais do que uma máquina avariada por rua. A Presidente reportou-se novamente à questão da passagem, referindo-se nomeadamente à Rua de Santo Espírito. O Vereador Fernando Dias acrescentou a questão da recolha e da fiscalização. A Presidente esclareceu que a legislação foi alterada e que, por isso, não pode ser a mesma empresa a ser cobradora e a fazer a fiscalização. O Vereador Fernando Dias inquiriu quem é que fará a recolha do dinheiro do equipamento. A Presidente indicou que será a empresa, mas que a fiscalização terá de ser feita por outra entidade.-----

O Vereador António Ventura indicou o caso da Praia da Vitória, que a Presidente disse estar na mesma situação de que o município de Angra, dando conta de que a prestação deste serviço será feita pela mesma empresa em ambas cidades, o que considerou que poderá ser uma mais valia. O Vereador Fernando Dias destacou que ia perguntar exatamente pelo historial da empresa, inquirindo qual será a repartição da receita obtida, nomeadamente qual a parte da Câmara Municipal. A Presidente retorquiu que é um valor fixo mensal, os vinte mil e um euros.-----

O Vereador Fernando Dias solicitou que a Presidente lhe fizesse chegar o caderno de encargos do concurso. A Presidente indicou que o mesmo estava já disponível no

sistema informático interno da Câmara. O Vereador António Gomes deu conta do documento estar disponível desde o dia 21 de maio.-----

O Vereador Alonso Miguel indagou se os tarifários são definidos pela empresa ou pela Autarquia. O Vereador Fernando Dias respondeu que são definidos pela Autarquia.-----

Fora da Agenda

Pedido de cedência de veículo

Ent. 4256 - Ofício datado de 6 do corrente, do COFIT, solicitando a cedência de um veículo com caixa aberta grande, para transporte no âmbito do evento em questão Para ratificação pelo órgão executivo, nos termos do n.º 3 do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela presidente da Câmara.**-----

Pedido de licença de recinto improvisado

Ent. 4268 - Pedido de licença de recinto improvisado, efetuado por **Sociedade Recreativa de Nossa Senhora do Pilar**, freguesia das Cinco Ribeiras, destinada à realização de bailes, no período de 14 a 23 de agosto de 2012, das 23:00 às 6:00 horas da manhã, na sede da sociedade, integrado nas festas de Santo António, para deliberação do órgão executivo, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro." - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, até às 04h00 no fim-de-semana e vésperas de feriado e até às 02h00 nos restantes dias.**-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu qual era a proposta da Presidente em relação ao horário. A Presidente indicou que a proposta é que seja aplicado o mesmo horário que tem vindo a ser deliberado para os outros pedidos, por forma a que haja homogeneidade.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....